

## CONCEITO

↪ visa conferir legitimidade ao processo eleitoral

= ramo do **direito público** que trata de:

- direitos políticos
- eleições (todas as fases)

↪ **Tópicos pertinentes:** alistamento, registro de candidatos, propaganda eleitoral, organização judiciária eleitoral, partidos políticos...

- possui **institutos e normatividade próprios**

↪ tem autonomia científica e didática

# DIREITO ELEITORAL

## FONTES

**FONTES MATERIAIS** (fatores que levam ao surgimento da norma)

- movimentos sociais e políticos
- doutrina

**FONTES FORMAIS** (normas jurídicas em si)

- CF/88
- leis eleitorais (Lei dos Partidos Políticos, Lei de Inelegibilidade, Lei das Eleições...)
- leis eleitorais subsidiárias (Código Civil (domicílio, doações...), Código Penal (crimes eleitorais))
- resoluções/instruções da Justiça Eleitoral
- Estatuto dos partidos políticos
- Princípios jurídicos

**FONTES PRIMÁRIAS** (decorrentes do Poder Constituinte ou Legislativo)

- CF/88
- leis eleitorais

**FONTES SECUNDÁRIAS** (interpretam e regulamentam normas infraconstitucionais)

- Resoluções do TSE e TRE...

**FONTES DIRETAS** (disciplinam diretamente assuntos eleitorais)

- Código Eleitoral
- Lei dos Partidos Políticos
- Lei de Inelegibilidade
- Lei das Eleições
- Resoluções do TSE...

**FONTES INDIRETAS** (aplicadas ao D. Eleitoral de forma subsidiária ou supletiva)

- Código Penal
- Código de Processo Penal
- Código Civil
- Código de Processo Civil

## COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

- cabe à **União** legislar **privativamente** sobre Direito Eleitoral

↪ STF: lei estadual **não** pode versar sobre matéria eleitoral

- fundamento de validade: CF/88 (cabe controle de constitucionalidade)

- a **União não pode delegar** a competência para estados legislarem sobre temas específicos (o processo eleitoral e as regras devem ser as mesmas em todo o território eleitoral!)

## RESOLUÇÕES DO TSE

→ fundamento de validade no art. 1º (parágrafo único) e art. 23, IX, do Código Eleitoral

= normas **infralegais** de caráter **regulamentar**

- são fontes
  - formais
  - secundárias \* (não podem restringir direitos ou criar obrigações)
  - diretas
- \* algumas tratam de assuntos disciplinados na CF, e sujeitam-se a controle de constitucionalidade (não só de legalidade) e podem ser consideradas excepcionalmente como normas primárias (STF: ADI no 3.999 e ADI no 4.086)
- restringem-se a **matérias especificamente autorizadas**
- é **vedado** ao TSE tratar de matéria relativa a organização de **partidos políticos** **ATENÇÃO!**

## CONSULTAS

- = respostas (pelos TREs e TSE) de questionamentos em matéria eleitoral feito por **autoridades competentes**
- desde que **não** sejam sobre casos concretos (seria antecipação de julgamento)

ÓRGÃO	AUTORIDADES ATENDIDAS
TSE	<ul style="list-style-type: none"> <li>autoridade de jurisdição federal</li> <li>órgão nacional de partido político</li> </ul>
TREs	<ul style="list-style-type: none"> <li>autoridade pública</li> <li>partido político</li> </ul>

# DIREITO ELEITORAL



CAI MUITO!

- é vedado à **Medida Provisória** dispor sobre:
  - direitos políticos
  - partidos políticos
  - Direito Eleitoral

## CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS

- = representam uma ideia de forma **abstrata**.
- admite **diversas soluções** a depender do contexto
  - o **interprete** irá construir o conceito à luz do caso concreto
  - Ex.: "liberdade do voto", "soberania popular", "igualdade de oportunidades", "legitimidade das eleições"...